

GTs aprovados para o VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais

1) Posse, propriedade e formas de acesso à terra no Brasil: Legislação, conflitos e formas de resistência.

Coordenadores: Márcia Maria Menendes Motta (Universidade Federal Fluminense); Paulo Pinheiro Machado (Universidade Federal de Santa Catarina)

O presente Grupo de Trabalho tem como finalidade reunir pesquisadores de distintas áreas de conhecimento – como História, Direito, Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Economia, Geografia, Ciências Agrárias – para oferecer uma oportunidade de apresentação e debate de resultados de pesquisa centrados em analisar diferentes meios de apossamento do solo praticados no Brasil. Os pesquisadores deverão centrar-se na avaliação, balanço e reflexão da formação histórica do conceito de propriedade no Brasil, sua evolução desde o período colonial até a atualidade, tanto na legislação como nas práticas sociais historicamente existentes. Dentro deste escopo estão os estudos sobre titularidade jurídica do solo, do regime de datas e sesmarias às formas de propriedade estabelecidas a partir da Lei de Terras de 1850, mas comportando também a análise e apreciação de diferentes formas de apropriação do solo por comunidades indígenas, quilombolas, povos tradicionais, e meios de uso comum, como as experiências dos faxinais e os fundos de pastagem. Como o conceito de propriedade privada individual não é natural, nem autoexplicativo, mas possui uma história e diferentes meios de desdobramento, o GT poderá avaliar tanto aspectos da evolução legislativa e judicial sobre este tema, quanto na existência, desde o passado até os dias atuais, de diferentes regimes de propriedade que convivem, não sem conflitos, na mesma formação social.

Desta maneira, todo o longo processo de consolidação da propriedade privada formalmente regulamentada, como outras formas de propriedade e outros regimes de apossamento, são objetos centrais de discussão do GT que, independente dos trabalhos individuais inscritos pelos futuros integrantes, terá este eixo central de análise e discussão, tal como é previsto nos encontros das Redes Rurais privilegiando a sistematização, o agrupamento e a problematização de diferentes questões centrais que perpassam os interesses e focos individuais de cada integrante. Os dois coordenadores propostos já participaram de Encontros anteriores e estão familiarizados com a dinâmica das Redes.

Entendemos que o eixo de debates deste GT está em perfeita coerência com as preocupações e temas das Redes Rurais, particularmente deste Encontro que terá como temática central “Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro”. Não há como deixar de reconhecer que a questão do acesso ao uso e à propriedade do solo são marcas distintivas da exclusão e da inclusão na cidadania brasileira, desde a concepção já elitista e censitária da cidadania no século XIX, até a época atual onde, no meio rural, o acesso à terra continua sendo um aspecto relevante e importante ponto de partida para a inclusão social e para uma efetiva democratização da sociedade brasileira.

O debate sobre propriedade tem tradicionalmente o solo como principal ponto de referência, mas o escopo do GT não se esgota nele. Nas atuais condições do mundo rural, o domínio e a cessão de direitos de propriedade se impõe sobre as hipotecas de móveis e maquinário, sobre as patentes de sementes e demais cultivares, sobre a

privatização do conhecimento e da tecnologia, que são meios jurídico-sociais fundamentais para se entender os conflitos no mundo rural da atualidade.

Os coordenadores integram o INTC da Rede Proprietas, que, em sua formulação interdisciplinar, abriga pesquisadores das 5 regiões brasileiras e vários estrangeiros.

2) Ruralidades, Meio Ambiente e Conflitualidades

Coordenadores: Rodrigo Constante Martins (UFSCAR) e Luis Henrique Cunha (UFMG)

Este GT tem como objetivo principal permitir a continuidade, no espaço da Rede de Estudos Rurais, dos debates acerca das relações entre as dinâmicas rurais emergentes no Brasil (e na América Latina) nas últimas décadas e os processos de mudança socioambiental vivenciados nos espaços rurais neste mesmo período. Assim, pretende acolher pesquisas que revelem a diversidade de situações em que as temáticas da ruralidade e do meio ambiente se cruzam, na tentativa de apreender tendências, modos de articulação entre atores, dinâmicas de conflitos e formas de institucionalização de instrumentos de preservação da natureza.

O GT pretende abarcar três questões teórico-metodológicas principais: 1) a importância de pensar as relações entre ruralidades e meio ambiente numa chave processual; 2) a centralidade da investigação sobre as múltiplas manifestações do poder nos conflitos ambientais e nos processos socioambientais; e 3) a produção discursiva de alternativas políticas, teórico-conceituais e normativas para o tratamento da questão ambiental nos espaços rurais. Neste quadro, é fundamental propor um debate sobre as escalas e temporalidades das dinâmicas dos espaços rurais e da natureza. E, também, refletir sobre os diálogos possíveis entre as tradições dos estudos rurais e das perspectivas teóricas formuladas para dar conta das problemáticas ambientais.

O GT receberá propostas de artigos que versem sobre: governança ambiental em contextos de ruralidade; as identidades e os conflitos socioambientais; as políticas agroambientais; as relações entre reforma agrária e desenvolvimento sustentável; a transformação nos usos da terra e as iniciativas de preservação da biodiversidade; os processos de ecologização dos territórios rurais; relações de gênero e a questão ambiental no campo; os conflitos em áreas de preservação; comunidades tradicionais e a gestão de recursos comuns; crise hídrica e as políticas que assegurem a segurança na oferta de água nos espaços rurais; extensão rural e agroecologia; as funções ambientais dos espaços rurais; avaliação da aplicação de instrumentos de mercado e de compensação ambiental na gestão de recursos naturais; entre outros temas na interface ruralidade/meio ambiente.

O debate em torno dos conflitos ambientais e da conservação da natureza, em suas múltiplas interfaces com o tema das ruralidades, envolve diretamente as lutas políticas entre diferentes concepções de sociedade, permitindo expandir as noções de democracia, cidadania e justiça. Ao mesmo tempo, este debate refere-se fundamentalmente a um conjunto diversificado de direitos – muitas vezes negados ou ameaçados – das populações rurais: direito à terra, à água, às florestas, a seus territórios tradicionais, à autodeterminação, entre muitos outros. O debate em torno das interfaces entre ruralidades e meio ambiente se torna ainda mais urgente num momento em que diversas investidas conservadoras – resultantes da articulação entre novos padrões de acumulação capitalista que opera em escala global e de forças reacionárias do patronato

rural – impõem uma agenda regressiva tanto para a questão ambiental quanto para o rural brasileiro.

3) A multisetorialidade do rural: ação pública, dinâmicas e atores correspondentes

Coordenadoras: Cátia Grisa (UFRGS) e Ramonildes Gomes (UFCG)

Nas últimas duas décadas os cientistas sociais, particularmente aqueles que privilegiaram os estudos rurais como centro das suas análises, intensificaram e alargaram o escopo das perspectivas analíticas que valorizam o potencial da ação pública na promoção de mudanças na sociedade brasileira, especialmente mudanças capazes de reduzir a segregação espacial, a pobreza e as inúmeras expressões de desigualdade (não sem conflitos e mutilações de projetos). Ao mesmo tempo, diversas políticas e instrumentos de ação pública reconheceram direitos, atores, estratégias e dimensões que configuram o rural contemporâneo. Sem dúvidas, o momento da história recente da América Latina, com destaque para o caso brasileiro, favoreceu a criação de identidades políticas e enquadramentos oficiais, ora fundamentados na valorização da cidadania individual, mas especialmente na construção de direitos decorrentes de associações políticas constituídas em inerentes conflitos, clivagens e diferenciações sociais.

Partindo deste cenário e ampliando o olhar sobre as ações que intervêm nos espaços e na vida social das chamadas populações do campo, este Grupo de Trabalho se desafia a: i) olhar o desenrolar da ação pública em grupos sociais específicos, como quilombolas, indígenas, faxinalenses, extrativistas, pantaneiros, assentados da reforma agrária, agricultores de fundo de pasto, agricultores familiares em extrema pobreza etc. ii) analisar como as estratégias de reprodução social foram contempladas, afetadas ou reconfiguradas a partir da ação pública, considerando neste escopo atividades agrícolas (e a diversidade de práticas aqui inseridas), a pecuária, o extrativismo, o artesanato, a agroindustrialização, o turismo, serviços ambientais etc.; iii) abarcar a atuação da ação pública no espaço rural, considerando dimensões como saúde, educação, cultura, segurança alimentar e nutricional, e assistência social, infraestrutura, segurança, meio ambiente etc.; iv) refletir sobre as possibilidades diversas que a ação pública, mediante programas sociais, cria redimensionando o alcance de objetivos e expectativas não produtivistas pressupostas pela política, mas simbolicamente e singularmente importantes para institucionalidade das realizações dos atores. A partir da contribuição dos diversos trabalhos, procuraremos construir um panorama da ação pública na construção do “mundo rural, não somente como espaço de trabalho, mas, para essa reflexão proposta, especialmente pela valorização de distintos modos de vida.

Para melhor direcionarmos a proposta de reflexão do GT., desafiamos os pesquisadores das diversas regiões brasileiras, a partir de investimentos metodológicos, analíticos e conceituais, a problematizarem questões do tipo: *como o Estado tratou e incorporou a diversidade de atores do mundo rural em suas ações? Quais e como identidades foram fortalecidas, fragilizadas ou ressignificadas a partir desta atuação? Que conflitos, desencontros e confluências foram evidenciadas na interação entre Estado e sociedade na realização da ação pública? Que práticas e estratégias foram fortalecidas para além daquelas com caráter eminentemente produtivo? Como a intervenção do Estado reconfigurou tais estratégias? Como as políticas de saúde, educação, assistência social, preservação ambiental etc. trataram as especificidades do mundo rural e dos diversos grupos e identidades que dele fazem parte? De que modo políticas*

universalistas tratam o mundo rural? Como práticas culturais manifestas na comida, no artesanato, nas danças, nas músicas foram incorporadas pela ação pública? Que mudanças ocorreram nos programas públicos de intervenção e na forma de concebê-las a partir do reconhecimento da diversidade de atores e de seus modos de vida?

Estas e outras questões são provocativas no sentido de instar os pesquisadores a refletirem, tomando em conta possibilidades de ampliar as reflexões sobre o mundo rural, reconhecendo os avanços da ação pública na construção da cidadania, a partir de enquadramentos institucionais articulados a temas como: educação do campo, agroecologia, práticas alimentares, trabalho familiar, gênero, empoderamento das mulheres, mercados, agroindustrialização, turismos e serviços ambientais etc. Assim, convidamos a explicitar o diverso e a diversidade inerentes à perspectiva de compreender a ação pública para um rural multisetorial e que agrega múltiplos atores.

4) Trabalho rural, mobilidade espacial e expropriação de direitos

Coordenadores: Lúcio Vasconcellos de Verçosa (Centro Universitário CESMAC e Faculdade SEUNE, Alagoas); Maria Aparecida de Moraes Silva (Universidade Federal de São Carlos, São Paulo).

Nas últimas décadas a produção de *commodities* agrícolas e minerais teve um crescimento significativo no Brasil e em vários países latino-americanos. Diversos estudos demonstram que esta produção, voltada sobretudo para mercado externo, é controlada por grandes empresas nacionais e multinacionais. Junto à incorporação de tecnologias de ponta, o labor em condições precárias e a superexploração do trabalho continuam fazendo parte do cotidiano dos trabalhadores rurais – mesmo que de modo reconfigurado.

No que concerne ao mais recente processo de reestruturação produtiva no agronegócio, pesquisas apontam para transformações nas estratégias gestão e de seleção no mercado laboral. Esses mecanismos tendem a acentuar ainda mais a exploração do trabalho, estimular a segregação entre os trabalhadores – seja pela origem, gênero, etnia, capacidade produtiva e etc – e renovar a forma de controle e de disciplinamento. Cabe sublinhar que o mercado de trabalho rural, marcado pela forte presença de migrantes, é composto por uma complexa teia de intermediação e recrutamento. Questão fundamental, nesse sentido, é a ampliação e a celeridade com que cada vez mais tais trabalhadores circulam em atividades diversas, entrecortando setores e complexificando tanto os recortes convencionais entre rural e urbano, quanto a relação entre o trabalho camponês e proletário.

No contexto da mais recente crise do capitalismo tem sido levado a cabo, em diversos países, um programa que retira direitos básicos conquistados pelos trabalhadores, em especial, no âmbito da legislação trabalhista e da seguridade social (ainda que muitos desses direitos previstos em lei muitas vezes não tenham se efetivado concretamente). Considerando o caso do Brasil e de outros países, tais transformações são extremamente significativas, uma vez que o atendimento às normativas legais no campo era exceção e que o sindicalismo mais recente era pautado pelo legalismo e pela luta por direitos outrora garantidos na legislação trabalhista para outras frações de trabalhadores. Esse horizonte de transformações, portanto, acarreta grandes desafios para a ação sindical e para os movimentos sociais aliados dos trabalhadores assalariados rurais e camponeses. Essa situação necessita ser analisada em toda sua complexidade, levando em consideração as dificuldades de obtenção de dados para apreensão das mudanças em

curso e a abertura de espaço para debate. Por isso, o objetivo do GT “Trabalho rural, mobilidade espacial e expropriação de direitos” é discutir os fenômenos vinculados ao labor rural, buscando agregar e abrir interlocução entre pesquisadores para a reflexão de agendas, desafios e perspectivas de investigação em torno do tema. Seguem alguns temas propostos para nortear o debate:

- Relação entre terra e labor.
- Trabalho camponês e trabalho assalariado rural.
- Reestruturação produtiva e o impacto no mundo do trabalho rural.
- Economia do agronegócio e implicações entre as diferentes modalidades de trabalho.
- Mobilidade do trabalho, circulação e agenciamentos da força de trabalho na produção agrícola, pecuária e mineral.
- Etnia, gênero, geração, origem regional e demais segmentações ou especificidades no mercado de trabalho rural.
- Saúde e trabalho rural.
- Legislação trabalhista, seguridade social e direitos no mercado de trabalho rural.
- Crise, dependência e superexploração no campo.
- Sindicatos, sindicalismo e formas de resistência no universo do trabalho rural.

5) Configurações das Políticas Públicas no Rural Contemporâneo: Explorando novas perspectivas analíticas num cenário de austeridade, autoritarismo e desregulamentação.

Coordenadoras: Karina Kato (CPDA/UFRRJ); Sílvia Zimmermann (Unila – Sul)

Nos anos 2000, as políticas públicas brasileiras voltadas à agricultura e ao mundo rural estiveram inscritas em um ciclo histórico marcado por tendências contraditórias. A intensificação dos processos de captura e apropriação dos recursos econômicos e ecológicos, em meio a um super ciclo de valorização das commodities agrícolas e minerais (2003-2012), se fez acompanhada de uma série de políticas que buscaram sustentar estas dinâmicas de acumulação. Observou-se, também, em boa parte desses países, sob administração de governos progressistas, liderados, no caso brasileiro, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a estruturação de políticas inovadoras de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção do desenvolvimento rural, que incorporaram demandas apresentadas por setores historicamente marginalizados da população do campo.

Em tempos recentes, as condições políticas e econômicas que deram sustentação a essas dinâmicas parecem ter se esgotado. No contexto brasileiro, marcado pelo aprofundamento da crise econômica e política que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff, rupturas abalaram a arquitetura política e institucional que até então permitira a coexistência, no interior do aparelho do Estado, desses projetos diferenciados. As transformações recentes nos marcos regulatórios da política agrícola, ambiental, de exploração mineral, de regularização fundiária, entre outras, tensionam direitos até então garantidos pela Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que impingem novas lógicas de uso dos recursos naturais e de governo das populações. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a interrupção de boa parte das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar sinalizam uma nova configuração do ponto de vista da intervenção governamental e anunciam dinâmicas político-institucionais

diferenciadas em relação ao período anterior. Esse cenário demanda, da parte dos pesquisadores, uma renovação de suas abordagens teóricas e metodológicas.

O objetivo do GT é criar um espaço de diálogo plural e interdisciplinar de discussão e análise acerca das recentes transformações observadas nas políticas públicas no rural contemporâneo, renovando (ou revisitando) perspectivas de análise e estratégias metodológicas. É importante reconhecer que, nas últimas décadas, o estudo das políticas públicas para a agricultura e o mundo rural brasileiro alcançou uma série de avanços importantes, incorporando chaves analíticas e orientações metodológicas ligadas, por exemplo, ao institucionalismo (em suas distintas vertentes), às abordagens cognitivas, à antropologia das políticas públicas, à análise de arenas, entre outras. Esses enfoques possibilitaram avanços interpretativos, em um contexto marcado por uma série de inovações no que diz respeito à formulação e implantação das políticas de desenvolvimento rural. Em sintonia com o tema *Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro*, que inspira o VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, entendemos que o momento atual nos coloca um conjunto de desafios para o aprofundamento das reflexões:

- a) Explorar novas perspectivas de análise de políticas públicas, num cenário de desregulamentação e desmonte das capacidades estatais voltadas ao desenvolvimento rural.
- b) Compreender as dinâmicas empreendidas entre atores público e privados na elaboração e implementação das políticas públicas, num contexto de privatização e austeridade, incluindo aí as parcerias público-privadas.
- c) Avançar no entendimento das transformações ocorridas nos espaços públicos de participação social e de diálogo entre Estado e sociedade civil (composição, procedimentos, pautas etc.) e dos limites da participação social num cenário de crescente autoritarismo.
- d) Refletir sobre o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação, de geoprocessamento e de arquivamento de dados na agricultura e seus efeitos nas políticas de desenvolvimento rural e nos territórios. Pretendemos problematizar o crescente uso dessas tecnologias na agricultura e na gestão dos territórios.
- e) Analisar as dinâmicas associadas à crescente financeirização da natureza e da agricultura e suas repercussões no financiamento das políticas públicas.

6) Continuidades e discontinuidades da repressão e violência no campo

Coordenadoras: Leonilde Sérvolo de Medeiros (UFRRJ); Regina Coelly F. Saraiva (UnB)

Pensar novos desafios para o mundo rural brasileiro nos remete para o debate sobre a situação de violência e repressão ainda muito presente no meio rural brasileiro e que marca a vida de tantos trabalhadores e trabalhadoras rurais. O GT Continuidades e discontinuidades da repressão e violência no campo tem como objetivo acolher trabalhos acadêmicos que tragam contribuições para discutir a prática da violência e da repressão, desde uma perspectiva histórica, até pesquisas que versem sobre questões e debates contemporâneos, tratando das violações de direitos humanos no meio rural.

A referência teórico-metodológica do GT remete às discussões realizadas no âmbito da Comissão Camponesa da Verdade (CCV), criada em 2012. Naquele momento foi dado

um passo fundamental no trabalho de sistematizar e dar visibilidade às situações de violência e repressão no campo durante a ditadura. Do trabalho da CCV, que contou com a participação de pesquisadores, lideranças de movimentos sociais e gestores públicos, resultou um Relatório encaminhado à Comissão Nacional da Verdade (CNV), registrando as violações de direitos no campo no período 1946/1988. No âmbito da CNV, diversas Comissões Estaduais e Municipais também foram criadas com a mesma intenção e produziram relatórios chamando a atenção para a importância de aprofundamento de pesquisas sobre o tema, objetivo deste GT e de vários projetos de pesquisa que procuram dar continuidade à rede constituída como Comissão Camponesa da Verdade.

Toda essa produção teve como objetivo (re)construir o passado e presentificar a memória como parte da luta contra o esquecimento e apontou para a necessidade de construção de caminhos para a Justiça e a reparação como compromisso político para uma sociedade mais solidamente democrática. Essa dimensão é chave no debate daquilo que desejamos não seja mais visto no meio rural brasileiro.

O VIII da Encontro da Rede de Estudos Rurais ao propor *Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro* abre a possibilidade de aprofundamento das questões que foram trazidas pelas CCV e pelas Comissões Estaduais. Por isso a proposta desse GT traz a perspectiva histórica como aspecto central da discussão sobre as violações sofridas por homens e mulheres do campo. Reconhecemos que ainda há muitos elementos a serem descortinados ao tratar dessa temática. Recepcionar trabalhos com abordagem histórica sobre a violência no campo é um dos eixos do GT, que pretende discutir a questão da memória e questões relacionadas à recuperação de uma história pouco documentada, que mostre as diferentes faces da violência sofrida pelos trabalhadores do campo nos últimos 50 anos. Promover uma reflexão sobre as continuidades e descontinuidades sobre a violência e repressão no campo não diz respeito somente ao passado e a memória. O contexto contemporâneo nos impõe também a necessidade de pensar estratégias e discutir caminhos. O aumento da violência no campo brasileiro nos últimos três anos, segundo dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra (Cadernos de Conflitos no campo da CPT), é alarmante, registrando assassinatos, expulsões e despejos, ameaças de morte, prisões, entre outras práticas que precisamos estar atentos e discutir profundamente.

Entendemos que a presença do agronegócio e, mais recentemente, a mudança dos rumos políticos e econômicos no Brasil atingiram frontalmente as formas de vida das populações rurais e agudizaram os conflitos. Neste sentido, pesquisas acadêmicas que tenham se dedicado a estudar as dimensões contemporâneas dos conflitos no campo também são parte do interesse desse GT. Entendemos que entrelaçar questões históricas e atuais poderá ajudar a tecer um entendimento de como os estudos rurais podem contribuir para as mudanças e para o debate plural e democrático de ideias.

7) Cidadanias e protagonismos políticos: redefinição de posições sociais das mulheres do campo

Coordenadoras: Karla Hora (Universidade Federal de Goiás, Escola de Engenharia Civil) e Vilênia Venâncio Porto Aguiar (Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar/PPG Sociologia Política/UFSC)

O Grupo de Trabalho pretende dar continuidade ao debate produzido no 7º Encontro da Rede de Estudos Rurais, ocorrido em Natal. Na ocasião emergiu debate de caráter epistemológico que procurava compreender a relação entre as correntes teóricas feministas e os contextos rurais. As reflexões sugeriam analisar as mulheres rurais não só como sujeito social e coletivo, mas também, revelar sua diversidade étnico-racial e geracional, circunscrito pela condição do seu sexo (o que é ser mulher no meio rural? Parafraseando Beauvoir). Esta diversidade também se expressa nas formas de trabalho e vida no meio rural, seja nas atividades produtivas desenvolvidas nas unidades familiares nos quintais agroecológicos, na forma de participação política e nas estratégias de auto-organização.

Passados dois anos do último encontro da Rede, observa-se um cenário político-institucional e econômico, no qual as políticas públicas da agricultura familiar e seu reconto de gênero vão se reduzindo. Soma-se a isto, um ambiente social tensionado por uma visão de mundo conservadora que permitiu emergir diferentes obstáculos para o exercício da cidadania e do feminismo como prática emancipatória. Os processos que levam a desigualdade entre gêneros não só persistem, mas se reconfiguram buscando esconder as narrativas sobre feminismo rural e secundarizar as formas organizativas (políticas, econômicas, culturais e históricas) das mulheres no campo. Neste contexto o GT será norteado pelas seguintes questões:

- 1) Como pensar o ‘lugar das mulheres’ na conjuntura política institucional, que se reflete não apenas na sub-representação das mulheres, como também no desmonte de instituições/organismos públicos voltados à defesa e ampliação dos direitos das mulheres e na facilitação do seu acesso às políticas públicas. Há poucas representações políticas femininas nos espaços institucionalizados nos governos e nas organizações sociais, políticas e sindicais. E também, são poucos os espaços de diálogo direcionado a incorporar uma perspectiva de gênero nas políticas públicas e nas ações sociais dos próprios movimentos. Como as mulheres redefinem suas estratégias nestes contextos?
- 2) As desigualdades de gênero ainda são persistentes, revelando a importância dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho. Porém, as teorias sobre o campesinato e a agricultura familiar, ao considerar a família como um todo homogêneo, apresentam-se sob prismas contraditórios. Ao partir da noção de trabalho familiar, desconsidera as relações de poder e a hierarquia existente no interior da família, muitas vezes mediadas por: religiosidade, práticas familiares, noção de trabalho e renda, valores morais e culturais e práticas consuetudinárias. Esta ideia de homogeneidade, nem sempre, permite revelar os diferentes sujeitos desta família. Como compreender o exercício da cidadania e o papel das mulheres neste contexto?
- 3) A noção de trabalho também é questionada. A economia feminista tem apresentado a interrelação direta entre os mecanismos de produção e de reprodução social. A noção de bem viver tem se apresentado como um novo referencial analítico para as mulheres. Este entendimento, também, implica em evidenciar os tipos de cidadania que se exalam no mundo do trabalho, seja na esfera pública, seja na esfera privada. Assim, em que medida a discussão da reprodução social e da produção da vida permite evidenciar uma condição de cidadania para todas as mulheres?
- 4) Ao mesmo tempo em que entender as noções de bem viver, também, implicam em compreender e revelar as experiências das mulheres nos sistemas de produção

familiares individuais e/ou coletivos, o que inclui a gestão da terra, da água, das sementes, dos alimentos. Assim, como as vozes femininas tem desafiado os modelos analíticos hegemônicos na luta pelo reconhecimento à cidadania no meio rural?

Para analisar este contexto, interlocuções com a economia feminista, o debate sobre redistribuição e reconhecimento, as noções de bem viver e divisão justa do trabalho doméstico, os novos feminismos rural entre outros, buscam analisar o protagonismos das mulheres no meio rural em meio interface com as abordagens de classe, gênero, geração, raça, etnia, identidades. Retomando, assim, uma leitura crítica dos campos de estudos de gênero.

8) Conhecimentos, desafios e possibilidades para o fazer agroecológico no mundo rural

Coordenadores: Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo (Faculdade de Engenharia Agrícola– Unicamp); Lourival de Moraes Fidelis (UFPR–Campus Litoral)

A agroecologia enquanto ciência constitui as bases para a formação de agriculturas sustentáveis, respeitando os saberes tradicionais e o meio ambiente sendo, portanto, promotora de processos para o desenvolvimento rural sustentável. Os princípios e ações que fundamentam a concepção agroecológica possuem raízes dificilmente determináveis em escala de tempo e espaço. Oriundos de diferentes realidades ecossistêmicas e organizações sociais, estas formas de conceber e agir no mundo vêm sendo reproduzidas, aprimoradas e transmitidas de geração em geração, por meio de aprendizados coletivos e não formais ao longo da trajetória histórica da agricultura, resultando em um processo de coevolução entre as sociedades humanas e a natureza.

Desta forma, o arcabouço teórico-metodológico da Agroecologia é composto por uma heterogeneidade de concepções, todas elas antagônicas ao modelo capitalista globalizado de produção e consumo atualmente hegemônicos. A Agroecologia promove a relação dialógica do conhecimento científico com os saberes populares, constituindo-se em um campo interdisciplinar, que se propõe a buscar respostas à crise da modernidade. Nesse sentido, a Agroecologia é criada e recriada nos diferentes territórios de forma a oferecer as bases necessárias para, a partir do potencial endógeno, viabilizar um processo de (re)construção social e ecológica da agricultura no sentido da sustentabilidade.

No entanto, verifica-se que as práticas e/ou conhecimentos tradicionais de agricultura vêm sendo erodidas e desfiguradas por práticas convencionais da agricultura “moderna”. As agriculturas tradicionais primam pela diversidade de seus sistemas agrícolas em contraposição à artificialização e simplificação dos agroecossistemas, tônica principal nos sistemas industriais de cultivo.

A agroecologia respeita a sabedoria dos agricultores desenvolvida a partir de suas experiências e observações locais. Resgatar esses conhecimentos se faz necessário num processo de fortalecimento e recriação de relações sustentáveis de gestão de recursos naturais. Desta forma, a agroecologia é uma ciência que agrega saberes populares e tradicionais aos conhecimentos científicos das ciências naturais e sociais, possuindo em sua essência a integração de todos os saberes e ciências em busca de um conhecimento profundo e integrado sobre os diversos ecossistemas da natureza.

Por todo o exposto, este GT tem por objetivo principal a promoção de um amplo debate sobre as diferentes abordagens (teórico-metodológicas e políticas) sobre construção do conhecimento agroecológico, num processo de discussão, análise e apresentação de

experiências empíricas e marcos conceituais e metodológicos sobre agroecologia. Ou seja, promover o diálogo entre as dimensões teóricas (construção do conhecimento agroecológico) e as dimensões empíricas (construção e diálogo de experiências concretas no campo da agroecologia).

Este GT se propõe a acolher trabalhos que apresentem os seguintes temas: estudos empíricos e teóricos sobre a construção de conhecimento agroecológico; experiências agroecológicas nos diferentes territórios rurais; experiências políticas e de redes para a promoção da agroecologia; processos metodológicos que abarquem o diálogo de saberes sobre agroecologia, produção familiar e sustentabilidade; processos de transição agroecológica, relações de poder e gênero.

9) Tecendo o futuro da Rede: experiências de pesquisadores graduandos

Coordenadoras: Delma Pessanha Neves (UFF); Danielle Wagner Silva (UFOPA)

Os textos serão selecionados e lidos antecipadamente pelos coordenadores, que tentarão construir aproximações de questões e propostas de reflexão. As propostas devem ser encaminhadas segundo as mesmas regras, o mesmo calendário apresentado para a participação em outras modalidades de GT. Da mesma forma, será adotado o mesmo calendário para a divulgação dos resultados da seleção.

10) Redes de Cooperação para Mercados Inclusivos e Sustentáveis

Coordenadores: Oscar José Rover (UFSC); Janaína Diniz (UnB)

O Grupo de Trabalho terá como foco principal promover a análise e o debate em torno dos objetivos, impactos e potencialidades das redes de cooperação que se formam para atuar na organização e/ou inserção em mercados que sejam inclusivos e sustentáveis. Houve um elevado crescimento dos mercados agroalimentares mundo afora. Este processo foi caracterizado por forte globalização, alongamento das distâncias espaciais e relacionais nas cadeias de abastecimento, assim como expressiva concentração de capital e poder. Ele representou uma intensa seletividade e exclusão de agricultores e organizações, tanto na base de produção quanto no conjunto das cadeias de abastecimento. Com seu rápido crescimento, estas dinâmicas de mercado geraram forte exclusão socioeconômica e dadas suas exigências de velocidade e escala, representam forte pressão sobre os agroecossistemas, com impacto sobre sua sustentabilidade ambiental.

Agricultores das mais diversas regiões e territórios reconhecem suas limitações de escala e capacidade de intervenção em mercados crescentemente concentrados e excludentes. Por motivações solidárias ou preocupados em permanecer e gerar mercados, eles se associam e cooperam, geram ganhos de escala por cooperação e ampliam seu poder de negociação. Cooperando eles também buscam o suporte de políticas públicas, se organizam para obter seus benefícios, tecem redes, se articulam territorialmente.

Entretanto, com a hegemonia de mercados que distanciam quem produz de quem consome, pautados por lógicas industriais, o agroalimentar tornou-se um ambiente

gerador de crescente apreensão por parte dos consumidores. Escândalos alimentares e campanhas contra uso de agrotóxicos têm elevado a busca dos consumidores por formas de abastecimento que assegurem procedência e qualidade. Isto tem promovido diversas formas de redes agroalimentares alternativas e de organização socioeconômica. Assim como há disposição e condições de alguns consumidores em remunerar por uma qualidade diferenciada, há outros que não possuem tais condições. Mesmo assim, se disseminam, mundo afora, redes de cooperação para mercados inclusivos e sustentáveis, com ou sem suporte de políticas públicas. Refletir sobre estas redes, seus objetivos, impactos e potencial de geração de mercados sustentáveis é a missão à qual se coloca este Grupo. Visando orientar a submissão de trabalhos, listamos a seguir os eixos orientadores da temática abordada no GT:

- Cooperação, associativismo e cooperativismo para inserção em mercados agroalimentares sustentáveis;
- Redes, mercados e sustentabilidade;
- Mercados e exclusão socioeconômica;
- Inclusão socioeconômica através da cooperação para se inserir em mercados sustentáveis;
- Inovações sociais e mercados;
- Inovações para a inclusão em mercados sustentáveis;
- Redes agroalimentares alternativas;
- Redes de civismo agroalimentar;
- Circuitos de abastecimento alimentar e sustentabilidade;
- Circuitos curtos de abastecimento e relações sociais entre produção e consumo de alimentos;
- Marketing e logísticas solidários;
- Virada para a qualidade e novas práticas mercantis para o abastecimento agroalimentar sustentável;
- Sustentabilidade, políticas públicas e mercados institucionais;
- Produtos orgânicos e mercados agroecológicos.